



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 05, pp. 35704-35707, May, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.18846.05.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## GESTÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR

**\*Marcelo de Jesus Rodrigues da Nóbrega**

Professor at UNIGAMA, CEFET-RJ and Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, Brasil

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 17<sup>th</sup> February, 2020

Received in revised form

21<sup>st</sup> March, 2020

Accepted 08<sup>th</sup> April, 2020

Published online 25<sup>th</sup> May, 2020

#### Key Words:

Teacher production,  
Assessment tools, Legislation.

**\*Corresponding author: Marcelo de Jesus Rodrigues da Nóbrega,**

### ABSTRACT

This paper deals with a literature review on the academic production metrics established by the Ministry of Education (MEC) of Brazil, through the Evaluation Instruments developed by the National Institute of Educational Studies and Research (Anísio Teixeira) for teachers who work in undergraduate courses. These Assessment Instruments are used for authorization, recognition and renewal of recognition for higher education courses. The greatest emphasis is placed on issues involving the types of academic, scientific, artistic, cultural and technological innovation that can be counted for the purposes of the teaching career on a three-year basis. The Faculty Qualification Index (IQCD) established by INEP is presented. It concludes about the relevance of the knowledge of the compulsory educational legislation that teachers who work in undergraduate courses must comply, aiming to obtain a better concept in the course in which they work, but also a better employability and personal marketing, thus providing a better planning of the your career.

*Copyright © 2020, Marcelo de Jesus Rodrigues da Nóbrega. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.*

**Citation:** Marcelo de Jesus Rodrigues da Nóbrega. "Gestão da produção acadêmica do professor do ensino superior", *International Journal of Development Research*, 10, (05), 35704-35707.

### INTRODUCTION

A produção acadêmica do docente no ensino superior no Brasil vem cada vez mais sendo exigida pelo sistema regulatório dos cursos de graduação. As principais questões envolvidas referem-se à quantidade de produções necessárias, atrelado ainda ao desconhecimento geral dos professores da métrica e tipos de atividades que podem ser contabilizadas para fins de regulação junto ao Ministério da Educação (MEC). Assim, gerando, em muitos casos, uma interpretação equivocada em um momento de avaliação do curso de graduação neste indicador. Neste sentido, o presente trabalho aborda uma revisão da literatura, em especial, da legislação referente a real necessidade da produção acadêmica. É dada ênfase neste trabalho aos tipos de produções aceitas de forma compulsórias em um momento de visita *in loco* para avaliação de um curso superior. As possíveis soluções para o aumento das atividades de produção acadêmica docente provavelmente estão vinculadas a: melhor formação de professores, maior divulgação do que se caracteriza como uma produção docente, incentivos financeiros a publicações institucionais, políticas institucionais de apoio ao docente, dentre outras.

Assim, o objetivo deste trabalho é elencar de que modo o docente do ensino superior, especificamente de graduação, pode colaborar para maximizar os resultados obtidos para o curso em avaliação. Desta forma o trabalho desenvolvido visa, dentre outros aspectos, contribuir para uma reflexão da sociedade e do poder público, face a relevância do tema e seus impactos na produtividade docente. O procedimento metodológico foi realizado por meio de pesquisa da bibliografia, em especial a revisão da literatura do sistema regulatório de cursos de graduação.

### DESENVOLVIMENTO

**Aspectos gerais:** A educação brasileira é regulada, em geral, pela **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB)** nº 9394/1996 (BRASIL, 1996), desde de a educação básica até o ensino superior, sejam as instituições públicas ou privadas. Contudo a regulação do ensino superior é feita pelo MEC/INEP, principalmente após a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004).

De acordo com BRASIL (2004), o SINAES:

É formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações. Os principais objetivos da avaliação envolvem melhorar o mérito e o valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior e orientar a expansão da oferta, além de promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia de cada organização. O Sinaes possui uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, Enade, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação como o censo e o cadastro. A integração dos instrumentos permite que sejam atribuídos alguns conceitos, ordenados numa escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. O Ministério da Educação torna público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos. A divulgação abrange tanto instrumentos de informação (dados do censo, do cadastro, CPC e IGC) quanto os conceitos das avaliações para os atos de Renovação de Reconhecimento e de Recredenciamento (parte do ciclo trienal do Sinaes, com base nos cursos contemplados no Enade a cada ano). (BRASIL, 2004, p.3)

#### Atividades dos docentes do ensino superior

PINTO e OLIVEIRA (2012) trazem um panorama das atividades que devem ser desenvolvidas pelo engenheiro-professor, conforme reproduzido a seguir:

O docente hoje tem que dividir sua atuação entre ensino, pesquisa e extensão. Dentre as atividades de formação, destacam-se: orientação de projeto final de curso, orientação de iniciação a pesquisa, orientação de monitoria, supervisão de estágios, coordenação de atividades complementares, além das atividades acadêmicas curriculares teóricas e práticas (disciplinas), apoio a gestão acadêmica dos cursos, participação nos órgãos colegiados e atividades administrativas, participação no NDE, elaboração dos currículos dos cursos etc. Cabem também ao docente as responsabilidades na coordenação/gerenciamento de projetos de pesquisa e extensão; prospecção de recursos para financiamento das pesquisas e projetos de extensão; organização de eventos técnicos científicos, participação em bancas de concursos, bancas de trabalhos finais de cursos, dissertações de mestrado e teses de doutorado; participação em comitês científicos de eventos e revistas técnicas etc. (PINTO e OLIVEIRA, 2012, p.7)

Assim verifica-se que o docente hoje desempenha múltiplos papéis na educação superior, sendo um deles, e de impacto direto na avaliação do curso, a produção docente.

#### Indicadores no Ensino Superior

Em CARVALHO (2017) é feita uma visão geral dos instrumentos de avaliação do MEC/INEP, referenciando com a legislação em vigor, tanto do ponto de vista institucional, quanto do prisma do curso de graduação.

CARVALHO (2017) afirma:

Diferentemente de outros indicadores subjetivos que foram apresentados, no caso da avaliação da produção acadêmica docente, o indicador é objetivo e com métrica definida no item 2.14. Neste, é considerada toda produção docente dos últimos três anos. Convém destacar que o indicador considera que pelo menos metade dos docentes tem produção. Desta feita, não basta dentro de um curso, ter um pesquisador ou um grupo específico de pesquisadores, é preciso que ao menos metade do corpo docente vinculado ao curso realize pesquisa sistematicamente para atingir a nota satisfatória no indicador. (CARVALHO, 2017, p. 13)

De acordo com Portaria no 40/200/ (MEC,2010), o Conceito Preliminar de Curso (CPC):

O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES. (MEC, 2010, p.2)

O INEP (2020) estabeleceu o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) que é determinado considerando-se:

Média dos CPCs do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados; média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes; distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu.(INEP, 2020)

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é realizado anualmente, a cada três anos por grupos de estudantes por cursos/áreas, sendo:

O ENADE avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. (INEP, 2020)

Da análise de TOZZI e TOZZI (2016) para o cálculo do Conceito do Preliminar do Curso (CPC) é dado por:

CPC no ENADE de 2014, aplicado aos cursos de Engenharia, a obtenção do valor contínuo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) obedece a uma regra de ponderação (pesos entre parênteses), aplicada aos seguintes oito itens, conforme indicado na Nota Técnica Daes/Inep nº 58/2015, de 27/10/2015 (INEP, 2015): a) Nota dos Concluintes no ENADE - NC (20%); b) Nota do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado

e Esperado - NIDD (35%); c) Nota de Proporção de Mestres - NM (7,5%); d) Nota de Proporção de Doutores - ND (15%); e) Nota de Regime de Trabalho - NR (7,5%); f) Nota referente à Organização Didático-Pedagógica - NO (7,5%); g) Nota referente à Infraestrutura e Instalações Físicas - NF (5%); h) Nota referente às Oportunidades de Ampliação da Formação Acadêmica e Profissional - NA (2,5%).(TOZZI e TOZZI, 2016, p.3)

Também em TOZZI e TOZZI (2016) o cálculo do Conceito do Curso (CC) é dado por:

O CC é obtido por meio do preenchimento do “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - Presencial e a Distância”, disponível no endereço <http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-manuais/>, acessado em 17/02/2016. O instrumento é preenchido por especialistas do banco de dados do INEP, com base nos documentos e textos apresentados pela IES, os quais são verificados pela visita in loco realizada por esses especialistas. O instrumento é composto por três dimensões (Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura), tendo cada dimensão diversos indicadores, aos quais são atribuídos, pelos especialistas, conceito de “1” a “5”, em ordem crescente de excelência. Após o preenchimento, o Conceito do Curso (CC) é calculado, pelo sistema e-MEC, com base na média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões, os quais são resultados da média aritmética simples dos indicadores das respectivas dimensões. (TOZZI e TOZZI, 2016, p.3)

Considerando o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação vigente (MEC/INEP, 2015), a cursos de graduação são avaliados com o objetivo de analisar as reais condições de ensino ofertadas aos alunos por meio de 3 dimensões:

- A organização didático-pedagógica;
- O corpo docente e tutorial;
- A infraestrutura

As Tabelas 1 e 2 apresentam pesos dados a cada dimensão por ocasião de ato de autorização de cursos e de reconhecimento/renovação de reconhecimento respectivamente, de acordo com MEC/INEP (2015). Nota-se que a dimensão Docente e Tutorial equivale sempre ao peso 30, ou seja, 30% da nota final.

**Tabela 1. Dimensões e pesos para autorização de cursos**

DIMENSÃO	PESO
Organização Didático-Pedagógica	30
Corpo Docente e Tutorial	30
Infraestrutura	40

Fonte: MEC/INEP (2015)

**Tabela 2. Dimensões e pesos para reconhecimento de cursos**

DIMENSÃO	PESO
Organização Didático-Pedagógica	40
Corpo Docente e Tutorial	30
Infraestrutura	30

Fonte: MEC/INEP (2015)

**Produção de docentes que atuam na graduação:** De acordo com MEC/INEP (2015), a produção científica, cultural,

artística ou tecnológica está expressa na Tabela 3, com sua respectiva explicação exaustiva das possibilidades para os docentes de cursos de graduação.

**Tabela 3. Produções docentes de cursos de graduação**

Tipo de Produção	Exemplos de Produção
Livros e capítulos de livros	Podem ser utilizados livros físicos e <i>e-books</i> , não havendo menção ao quantitativo de exemplares, número de páginas ou quaisquer outras qualificações da obra;
Material didático institucional	elaboração de Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), bem como suas revisões anuais, relatórios de visitas técnicas realizadas, planos de aula, planos de curso, modelos e relatórios de atividades práticas/experimentais, relatos de experiência em estágio docência, ou estágio profissional ou estágio extracurricular, apostilas didáticas, confecção de materiais institucionais <i>on-line</i> (como por exemplo: salas de aulas virtuais no <i>Google Classroom</i> ), vídeo-aulas e similares;
Artigos em periódicos especializados:	Publicação em periódicos especializados, em geral, possuem registro com ISSN, com extrato Qualis superior, e ainda a presença em bases indexadas. Tipicamente esta produção é comum em docentes que participam como pesquisadores em programas de pós-graduação;
Textos completos em anais de eventos científicos	Material completo publicado em congressos, fóruns, colóquios, encontros e workshops, todos devidamente comprovados;
Resumos publicados em anais de eventos internacionais	Material no formato de resumo publicado em internacionais, tais como: congressos, fóruns, colóquios, encontros e workshops, todos devidamente comprovados;
Propriedade intelectual depositada ou registrada	Devidamente comprovadas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes	Peças de teatro, exposição em museus, em feiras, relatórios técnicos, laudos e pareceres técnicos, anotações de responsabilidade técnica, plantas baixas, de situação, cortes, fachadas, telhados (dentre outras), mostras culturais, laudos periciais, notas técnicas, atividades inovações tecnológicas, memoriais de cálculo, memoriais descritivos, memoriais justificativos, projeto básico, projeto executivo, parecer de localização, entrevistas, aulas <i>on line</i> gravadas, propostas de legislações (minutas), estudo de viabilidade,
Publicações nacionais sem Qualis e regionais também devem ser consideradas como produção, considerando sua abrangência	Revistas novas possuem registro no sistema ISBN, porém sem Qualis, devem ser consideradas.

Fonte: MEC/INEP (2015), adaptado pelo autor.

Da análise da Tabela 3, conclui-se que há muitas possibilidades de produção acadêmica docentes, sendo plural, pois considera a diversidade de formações e cursos existentes no País. A Tabela 4 apresenta o critério objetivo para cada conceito do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação de acordo com MEC/INEP (2015)

Tabela 4. Critérios para Produção Docente

Critério	Conceito
1	Quando mais de 50% dos docentes não têm produção nos últimos 3 anos
2	Quando pelo menos 50% dos docentes têm de 1 a 3 produções nos últimos 3 anos
3	Quando pelo menos 50% dos docentes têm de 4 a 6 produções nos últimos 3 anos
4	Quando pelo menos 50% dos docentes têm de 7 a 9 produções nos últimos 3 anos
5	Quando pelo menos 50% dos docentes têm mais de 9 produções nos últimos 3 anos

Fonte: MEC/INEP (2015)

Assim um professor deve ter 10 produções no último triênio para assegurar o conceito 5. Cabe ao gestor garantir que mais de 50% dos docentes cumpram esta meta. Por fim, a Nota Técnica no. 2/2018 (INEP,2018) expressa a qualidade de seu corpo docente, por seu número de Doutores, Mestres, Especialistas e Graduados, calculando o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) pela Equação (1):

$$IQCD = \frac{(5D + 3M + 2E + G)}{(D + M + E + G)} \quad \text{Equação (1)}$$

Onde:

**IQCD:** Índice de Qualificação do Corpo Docente;

**D:** número de doutores;

**M:** número de mestres;

**E:** número de especialistas;

**G:** número de graduados.

Pela equação fica evidentes que a presença de doutores e mestres qualificam o corpo docente. Para se alcançar o valor máximo de IQCD = 5 devem existir somente doutores no quadro docente.

## Conclusão

Conclui-se com este trabalho que legislação educacional em vigor avalia as diversas Instituições de Ensino Superior (IES) por meio de diversos Instrumentos de Avaliação do MEC/INEP. Os docentes de cursos de graduação colaboram com o conceito obtido, tanto por sua titulação, quanto por sua produção trienal. Foram estudados a legislação e Instrumentos de Avaliação, em especial, no que se refere ao quantitativo, que no caso regulatório, é de 10 produções para 50% dos docentes do curso, considerando-se o último triênio, obtendo-se assim conceito 5 neste indicador. Este trabalho apresentou de forma exaustiva diversos exemplos de produções que o docente pode realizar, de acordo com seu perfil, visando atender métrica imposta pelo INEP. Outro aspecto relevante é o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), que é calculado pelo número de doutores, mestres, especialistas e graduados que atuam no curso de graduação, fornecendo o valor máximo de IQCD=5 para o corpo docente exclusivo de doutores. Dois aspectos merecem ser destacados nesta equação: a inclusão de graduados como docentes na graduação, sendo em desuso, e ainda a ausência de professores pós-doutores, o que incentivaria um aprimoramento na qualidade do corpo docente do curso. Por fim verifica-se a grande importância da gestão da produção docente, para o crescimento do curso, do próprio docente e melhoria na qualidade oferecida aos discentes.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>: Acesso em 21 mar. 2020.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)>: Acesso em 23 mar. 2020
- CARVALHO, ALEXEY. A produção acadêmica docente no âmbito do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES). XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Mar del Plata – Argentina. ISBN 978-85-68618-03-5.2017. <[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/181009/101\\_00097.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/181009/101_00097.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>: acesso em 10 mar. 2020.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2020. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->>: acesso em 10 mar. 2020.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nota Técnica nº 2/2018/ CGACGIES/DAES. 2018. Disponível em <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/legislacao\\_normas/2017/nota\\_tecnica\\_sei\\_inep\\_0159763.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0159763.pdf)>: acesso em 12 mar. 2020
- MEC. Ministério da Educação. Portaria Normativa Nº. 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da Educação Superior no sistema federal de Educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Consolidada e republicada em 29 de dezembro de 2010. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 2010.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância. Disponível em < [http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento\\_renovacao\\_reconhecimento\\_cursos2.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento_renovacao_reconhecimento_cursos2.pdf)>: acesso em 22 mar. 2020.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância. Disponível em < [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2015/instrumento\\_cursos\\_graduacao\\_publicacao\\_agosto\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf)>: acesso em 22 mar. 2020.
- Pinto, Danilo Pereira e Oliveira, Vanderlí. Reflexões sobre a prática do engenheiro-professor. XL Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE).2012. Disponível em <<http://www.ufjf.br/observatoriocobenge/files/2012/01/Danilo-Vanderli.pdf>>: acesso em 22 mar. 2020.
- Tozzi, Marcos José e Tozzi, Adriana Regina. Conceito preliminar de curso (CPC) x conceito do curso (CC): há coerência desses valores nos cursos de engenharia? Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE).2016. Disponível em < [periodicos.ifpb.edu.br > index.php > principia > article > download](http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/download) >: acesso em 15 mar. 2020.